

período eleitoral. Nesse contexto, entendeu-se que os ativos pós-fixados apresentavam relação entre risco e retorno compatível com o perfil previdenciário da carteira e com o objetivo de cumprimento da meta atuarial. O Presidente do Comitê ressaltou, contudo, que a deliberação não afastava a necessidade de monitoramento contínuo dos mercados. Eventuais alterações relevantes nos indicadores econômicos, na trajetória dos juros, nas expectativas de inflação ou nas condições fiscais poderiam justificar a revisão da estratégia, sempre com base em análises técnicas, estudos de risco e observância da Política de Investimentos. Na sequência, foram apresentadas e referendadas as principais movimentações financeiras constantes das Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs relativas ao mês de julho de 2026. Por fim, o Relatório Analítico de Investimentos foi colocado em discussão e submetido à votação. Não havendo objeções, foi aprovado pelos membros presentes, ficando definido o seu encaminhamento ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva para conhecimento, apreciação e adoção das providências pertinentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.....

Antônio Catâneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 15 HORAS.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, na sede do OLÍMPIA PREV., sob a direção do Senhor **Sandro de**

Campos Magalhães, Presidente do Comitê de Investimentos dos Recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia – OLÍMPIA PREV, com a presença dos membros efetivos **Márcio Francisco de Deus** e **Antônio Catâneo Neto**, realizou-se a décima quinta reunião ordinária do Comitê de Investimentos, da administração 2025/2029. A reunião foi conduzida pelo Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. **Sandro de Campos Magalhães**, que, ao iniciar os trabalhos, informou que apresentaria o cenário macroeconômico internacional e doméstico, com o objetivo de contextualizar os principais acontecimentos econômicos ocorridos no período e avaliar seus possíveis reflexos sobre os mercados financeiros e, conseqüentemente, sobre a carteira de investimentos do OLÍMPIA PREV. A exposição começou pela economia norte-americana, apresentando os dados mais recentes de inflação. Informou que o índice de preços ao consumidor – CPI apresentou variação de 0,40% (quarenta centésimos por cento) no mês de agosto, acumulando alta de 3,40% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) nos últimos doze meses. Destacou que, embora a leitura mensal da inflação tenha apresentado, em determinados períodos recentes, sinais de desaceleração dos preços, quando analisado o comportamento acumulado em doze meses observa-se a permanência da inflação em patamar elevado, demonstrando que o processo de convergência para a meta do Federal Reserve ainda exige atenção. Quanto ao mercado de trabalho norte-americano, informou que os dados referentes ao mês de julho apontaram aproximadamente 7,3 milhões (sete milhões e trezentas mil) de vagas de emprego em aberto. Explicou aos membros que a manutenção de quantidade elevada de postos disponíveis demonstra a resiliência do mercado de trabalho, proporcionando aos trabalhadores maior possibilidade de mobilidade e de busca por melhores condições de emprego e remuneração. Ressaltou que esse comportamento contribui para a sustentação da atividade econômica e do consumo, mas, ao mesmo tempo, constitui elemento relevante para a condução da política monetária, na medida em que um mercado de trabalho aquecido pode dificultar uma desaceleração mais rápida da inflação. Também foi apresentado o PMI Composto dos Estados Unidos, que atingiu 56,0 pontos (cinquenta e seis pontos) no mês de agosto, ante 54,5 pontos (cinquenta e

quatro inteiros e cinco décimos pontos) no mês anterior, representando o maior nível observado desde abril de 2022. Nesse contexto, foi abordada a decisão mais recente do Federal Reserve, que elevou em 0,25 ponto percentual (vinte e cinco centésimos de ponto percentual) a faixa-alvo da taxa dos federal funds, para 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) a 4,00% (quatro por cento) ao ano. O Presidente explicou que a decisão deve ser compreendida dentro desse conjunto de indicadores econômicos, especialmente diante da permanência da inflação acima da meta de 2% (dois por cento) e dos sinais de resiliência apresentados pela atividade econômica e pelo mercado de trabalho. Prosseguindo na análise do mercado norte-americano, o Presidente apresentou o comportamento dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, com destaque para os Treasuries de dez anos. Informou que as taxas desses títulos apresentaram movimento de elevação durante o período analisado, aproximando-se do patamar de 5,00% (cinco por cento) ao ano. Ressaltou que esse movimento merece acompanhamento, uma vez que os títulos do Tesouro norte-americano constituem importante referência para a precificação global dos ativos e para os fluxos internacionais de capital. Os membros presentes discutiram que a elevação das taxas dos Treasuries aumenta a atratividade dos títulos norte-americanos e pode influenciar a alocação internacional de recursos, especialmente em mercados emergentes, com possíveis reflexos sobre câmbio, Bolsa de Valores e curva de juros brasileira. Antes de ingressar na análise do cenário econômico brasileiro, o Presidente apresentou breves considerações sobre a economia da Zona do Euro, destacando a decisão adotada pelo Banco Central Europeu – BCE em sua reunião de setembro. Informou que, diante da persistência das pressões inflacionárias, o BCE decidiu elevar em 0,25 ponto percentual (vinte e cinco centésimos de ponto percentual) suas três principais taxas de juros, passando a taxa das operações principais de refinanciamento de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) para 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a taxa da facilidade de depósito de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) para 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) e a taxa da facilidade marginal de crédito de 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) para 2,90% (dois inteiros e

noventa centésimos por cento). O Presidente destacou que a decisão demonstra que as autoridades monetárias europeias ainda enfrentam dificuldades no processo de convergência da inflação para a meta de 2% (dois por cento), sendo apresentada projeção de inflação de aproximadamente 3,00% (três por cento) para o ano de 2026. Passando ao cenário doméstico, o Presidente destacou, entre os dados recentes de inflação, a deflação registrada no mês de agosto, quando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apresentou variação negativa de 0,32% (trinta e dois centésimos por cento). Informou, ainda, que no acumulado dos últimos doze meses a inflação alcançou 4,22% (quatro inteiros e vinte e dois centésimos por cento). O Presidente ressaltou que o resultado mensal negativo representou importante sinal de desaceleração da inflação, devendo, contudo, ser analisado em conjunto com os demais indicadores econômicos e com o comportamento acumulado dos preços, não sendo adequado interpretar isoladamente a deflação observada em um único mês como consolidação definitiva do processo de desinflação. No exame da atividade econômica doméstica, apresentou-se o comportamento do PMI Composto do Brasil, destacando que o indicador alcançou 49,1 pontos (quarenta e nove inteiros e um décimo pontos) no mês de agosto, após registrar 48,8 pontos (quarenta e oito inteiros e oito décimos pontos) em julho. Nesse contexto, foi abordada a decisão mais recente do Comitê de Política Monetária – COPOM, que promoveu nova redução de 0,25 ponto percentual (vinte e cinco centésimos de ponto percentual) na taxa básica de juros, levando a Selic para 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. Foi explicado aos membros que a decisão não decorreu exclusivamente da deflação registrada em agosto, mas de um conjunto de fatores observados pela autoridade monetária, incluindo a evolução do processo inflacionário, a desaceleração da atividade econômica e os efeitos da manutenção de juros elevados sobre o crédito e a demanda. Os membros presentes discutiram que, embora tenha sido iniciado um processo gradual de redução da taxa básica de juros, o patamar da Selic permanece elevado, mantendo a atividade relevante para os investimentos pós-fixados e exigindo acompanhamento das próximas decisões do COPOM para avaliação de eventuais alterações na estratégia de investimentos do Instituto. No mercado

acionário brasileiro, foi apresentado o movimento de recuperação do Ibovespa. Como referência, foi informado que em 21 de agosto o índice encerrou o pregão aos 171.031 pontos (cento e setenta e um mil e trinta e um pontos), enquanto em 22 de setembro alcançou 187.422 pontos (cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois pontos), representando valorização aproximada de 9,6% (nove inteiros e seis décimos por cento) no período. Os membros discutiram que a recuperação observada na Bolsa brasileira deve ser analisada dentro de um conjunto de fatores internos e externos, não sendo possível atribuí-la exclusivamente à redução da taxa Selic. Foram considerados, entre outros elementos, as expectativas relacionadas à trajetória dos juros, o fluxo de capital estrangeiro, o comportamento dos mercados internacionais e a crescente influência do cenário político e eleitoral sobre a precificação dos ativos brasileiros. Também foram examinados os riscos relacionados ao ambiente fiscal e político brasileiro, destacando que a proximidade do período eleitoral tende a aumentar a atenção dos mercados às discussões relacionadas à condução da política econômica, comportamento das despesas públicas, cumprimento das metas fiscais e trajetória do endividamento público. Durante as discussões, os membros observaram que esse ambiente de maior incerteza pode resultar em aumento da volatilidade dos ativos brasileiros, com reflexos sobre o mercado acionário, câmbio e, principalmente, sobre a curva de juros. O Presidente destacou que os efeitos podem ser mais perceptíveis nos vencimentos de médio e longo prazo, uma vez que as taxas negociadas nesses prazos incorporam não apenas as expectativas relacionadas às próximas decisões do COPOM, mas também as projeções de inflação, as perspectivas fiscais, a trajetória da dívida pública, o cenário internacional e o prêmio de risco exigido pelos investidores. Os membros discutiram, portanto, que o atual cenário recomenda cautela na ampliação da exposição da carteira a ativos de maior duration. Foi ressaltado, contudo, que períodos de abertura da curva também podem proporcionar oportunidades de alocação, especialmente em títulos indexados ao IPCA que passem a oferecer taxas reais consideradas atrativas para os objetivos previdenciários do Instituto. Nesse sentido, o Comitê discutiu que a estratégia não deve consistir simplesmente em evitar ativos de longo prazo, mas em avaliar o

momento adequado para eventual aumento de exposição, considerando as taxas oferecidas, o risco de mercado, as necessidades de liquidez, o estudo de ALM e a compatibilidade dos vencimentos dos investimentos com as obrigações previdenciárias do OLÍMPIA PREV. Ao final da discussão, os membros destacaram que a manutenção de parcela relevante da carteira em ativos pós-fixados continua oferecendo proteção diante das oscilações da curva de juros e aproveitamento do atual patamar da taxa Selic, permanecendo o Comitê atento a eventuais oportunidades que possam surgir nos segmentos de médio e longo prazo, sempre mediante análise técnica e observância das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do Instituto. Encerrada a análise do cenário, o Presidente entregou aos membros a planilha contendo os saldos atualizados da carteira de investimentos do OLÍMPIA PREV, com posição em 22 de setembro de 2026. Conforme demonstrado no documento, a carteira apresentava, naquela data, saldo total de R\$ 269.049.652,75 (duzentos e sessenta e nove milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos), tendo registrado, no período de setembro até a referida data, retorno financeiro de R\$ 1.925.433,57 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e sete centavos), correspondente à rentabilidade de 0,72% (setenta e dois centésimos por cento). Em seguida, entregou aos membros, para análise, discussão e deliberação, o Relatório Analítico dos Investimentos referente ao mês de agosto de 2026, elaborado com data-base de 31 de agosto. Na apresentação do documento, informou que a carteira encerrou o mês com patrimônio total de R\$ 264.112.612,14 (duzentos e sessenta e quatro milhões, cento e doze mil, seiscentos e doze reais e quatorze centavos). No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 9,32% (nove inteiros e trinta e dois centésimos por cento), frente à meta acumulada de 6,90% (seis inteiros e noventa centésimos por cento), representando atingimento de 135,12% (cento e trinta e cinco inteiros e doze centésimos por cento) da meta estabelecida para o período, enquanto o retorno financeiro acumulado no exercício totalizou R\$ 22.596.923,41 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos). Na análise individual dos investimentos, o Presidente informou que o melhor desempenho da carteira no mês

foi registrado pelo fundo BB Bolsa Americana RESP Limitada FIF Ações, com rentabilidade de 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e retorno financeiro de R\$ 93.252,08 (noventa e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oito centavos). Foi observado que o fundo superou, no período, seu benchmark, uma vez que o S&P 500, em moeda original, apresentou variação de 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) no mês. Em relação aos investimentos de renda fixa, o principal destaque no mês foi o BB IMA-B RESP Limitada FIF Renda Fixa Previdenciário, que apresentou rentabilidade de 1,57% (um inteiro e cinquenta e sete centésimos por cento), praticamente acompanhando o desempenho de 1,58% (um inteiro e cinquenta e oito centésimos por cento) do IMA-B. Na sequência, destacou-se o Caixa Brasil IDKA IPCA 2A Títulos Públicos RESP Limitada FIF Renda Fixa LP, com rentabilidade de 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento), superando no mês seu respectivo benchmark, que apresentou retorno de 1,31% (um inteiro e trinta e um centésimos por cento). Os membros discutiram que o desempenho positivo desses investimentos está relacionado à maior sensibilidade desses ativos às movimentações da curva de juros, retomando a discussão realizada anteriormente acerca dos efeitos da marcação a mercado. Por outro lado, entre os fundos de renda fixa, o menor retorno percentual apresentado no quadro de movimentações foi registrado pelo BB Fluxo Soberano RESP Limitada FIF CIC Renda Fixa Previdenciário Curto Prazo, com 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento) no período considerado para o cálculo do retorno após as movimentações. Quanto à composição da carteira, o Presidente destacou a predominância dos investimentos de renda fixa, que ao encerramento de agosto totalizavam R\$ 261.215.682,24 (duzentos e sessenta e um milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), correspondentes a 98,90% (noventa e oito inteiros e noventa centésimos por cento) da carteira, enquanto a renda variável representava 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento), com saldo de R\$ 2.896.929,90 (dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa centavos). Foi destacado, ainda, que 74,76% (setenta e quatro inteiros e setenta e seis centésimos por cento) dos recursos estavam alocados no subsegmento CDI, representando R\$

197.447.847,11 (cento e noventa e sete milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e onze centavos). Os membros relacionaram essa composição à estratégia adotada pelo Instituto diante do nível ainda elevado das taxas de juros, que tem permitido à carteira manter parcela significativa dos recursos em investimentos de elevada liquidez e menor exposição às oscilações da curva de juros. O Presidente apresentou também a distribuição dos recursos por administradores, destacando que, ao encerramento do mês de agosto, a Caixa Econômica concentrava 49,75% (quarenta e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) dos investimentos, correspondentes a R\$ 131.387.199,83 (cento e trinta e um milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e três centavos). Na sequência, o Banco do Brasil representava 21,17% (vinte e um inteiros e dezessete centésimos por cento) da carteira, com R\$ 55.907.463,65 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos); o Bradesco, 18,07% (dezoito inteiros e sete centésimos por cento), com R\$ 47.721.475,29 (quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e nove centavos); e o Sicredi, 9,54% (nove inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), com R\$ 25.192.045,77 (vinte e cinco milhões, cento e noventa e dois mil e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos). As posições mantidas junto ao Santander e ao Itaú representavam, respectivamente, 0,94% (noventa e quatro centésimos por cento) e 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento) da carteira. Os membros analisaram a distribuição apresentada, observando a maior participação da Caixa Econômica na composição do patrimônio e a importância do acompanhamento periódico dessas participações em conjunto com os limites de enquadramento, características dos fundos, liquidez, risco e estratégia estabelecida na Política de Investimentos. Ao examinar as movimentações de agosto, o Presidente destacou o resgate no valor de R\$ 3.039.671,25 (três milhões, trinta e nove mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos) do fundo BB Perfil RESP Limitada FIF CIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP. Esclareceu aos membros que a movimentação decorreu da necessidade de disponibilização de recursos para pagamento da folha de benefícios e de despesas

administrativas do Instituto, tratando-se, portanto, de movimentação vinculada às obrigações financeiras do OLÍMPIA PREV. Também foi analisada a aplicação de R\$ 2.982.438,50 (dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos) realizada no fundo SICREDI Liquidez Empresarial DI RESP Limitada FIF Renda Fixa. O Presidente esclareceu que a decisão de aplicação considerou o cenário econômico vigente e a estratégia adotada pelo Instituto de manutenção de parcela relevante da carteira em ativos pós-fixados, diante da expectativa de permanência das taxas de juros em patamares elevados e das incertezas presentes no ambiente doméstico e internacional. Durante a discussão, foram considerados também os riscos decorrentes do ambiente geopolítico e de eventuais medidas e sanções econômicas internacionais, capazes de produzir reflexos sobre fluxos de capitais, câmbio, inflação e precificação dos ativos. Diante desse contexto, os membros entenderam como adequada, naquele momento, a manutenção de postura mais conservadora, privilegiando liquidez, preservação do capital e exposição a ativos pós-fixados, sem prejuízo do acompanhamento permanente da curva de juros e de eventuais oportunidades em outros segmentos da carteira. O Comitê discutiu, então, a estratégia a ser adotada para os próximos ingressos de recursos decorrentes dos repasses do ente municipal ao OLÍMPIA PREV. Considerando a leitura do cenário econômico realizada durante a reunião, o Comitê deliberou pela manutenção da estratégia de direcionamento desses novos recursos ao fundo SICREDI Liquidez Empresarial DI RESP Limitada FIF Renda Fixa, CNPJ nº 24.634.187/0001-43, observadas as disponibilidades financeiras e as necessidades de liquidez do Instituto. Na fundamentação da decisão, os membros consideraram a perspectiva de manutenção das taxas de juros em patamares ainda elevados, bem como as incertezas presentes no ambiente macroeconômico nacional e internacional, entendendo adequada, naquele momento, a continuidade de uma estratégia que privilegie liquidez, preservação de capital e exposição pós-fixada. Foi observado, ainda, que o fundo possui liquidez para resgate em D+0, característica compatível com a necessidade de disponibilidade dos recursos previdenciários. Diante dessas considerações, ficou previamente aprovada pelo Comitê a realização de novos aportes no referido fundo

com os recursos provenientes dos próximos repasses do ente municipal, dispensada nova deliberação do Comitê para cada ingresso, desde que permaneçam inalteradas as condições que fundamentaram a presente decisão e sejam observados os limites legais, o enquadramento da carteira e a Política de Investimentos vigente. As respectivas aplicações deverão ser formalizadas por meio das correspondentes Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs e posteriormente submetidas ao acompanhamento e referendo do Comitê. Concluída a apresentação e após as discussões e esclarecimentos realizados, o Relatório Analítico de Investimentos referente ao mês de agosto de 2026 foi aprovado integralmente pelos membros presentes. O Presidente informou que, após a deliberação do Comitê de Investimentos, o referido relatório seguiria para apreciação e aprovação pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Administrativo e, posteriormente, seria encaminhado à Diretoria Executiva do OLÍMPIA PREV, dando continuidade aos procedimentos de acompanhamento e governança dos investimentos do Instituto. Por fim, foram submetidas à apreciação dos membros as Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs referentes às movimentações realizadas no mês de agosto. Os documentos foram analisados pelo Comitê, permitindo aos membros verificar as aplicações e resgates efetuados no período e suas respectivas justificativas. Após a análise das movimentações, os membros presentes manifestaram-se favoravelmente, ficando referendadas as APRs correspondentes ao mês de agosto de 2026. Também foram disponibilizados aos membros do Comitê, para conhecimento, análise e acompanhamento da execução orçamentária e financeira do OLÍMPIA PREV, os Balancetes da Receita e da Despesa, o Boletim Diário da Tesouraria, bem como o demonstrativo de acompanhamento das receitas e despesas do Instituto. Foi esclarecido que referido demonstrativo permite acompanhar o desempenho financeiro do período, mediante o confronto entre o total das receitas arrecadadas e o total das despesas pagas, possibilitando verificar a ocorrência de resultado financeiro superavitário ou deficitário no respectivo mês. Os documentos foram entregues aos membros para acompanhamento e conhecimento da situação orçamentária e financeira do Instituto. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, ficando registradas as análises, discussões e

deliberações realizadas pelos membros do Comitê de Investimentos do OLÍMPIA
PREV, para os devidos fins, sendo encerrada a reunião, e a presente ata lavrada,
lida, aprovada e assinada pelos membros presentes.....

Antônio Catâneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães
